

VEJA, Revista - Ed. 08/02/95. Ed. Alagoas.
JORNAL DO COMÉRCIO - Recife, diversas edições.
DIÁRIO DE PERNAMBUCO - Recife, diversas edições.

DA PRESCRIÇÃO EM FACE DA ATUAL VISÃO CONSTITUCIONAL

Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega

Arnaldo José Duarte do Amaral (*)

Começamos o presente trabalho, lembrando o discurso do Ministro Moreira Alves, decano do Colendo Supremo Tribunal Federal, em comemoração ao centenário daquela Augusta Casa de Justiça, publicado na revista LTR 55-08/899.

Após algumas considerações históricas sobre a nossa Casa de Justiça, escreveu o Ministro o seguinte tópico, o qual nos permitimos transcrever.

"...Em sua fase inicial - de 1891 a 1898 -, não seria possível exigir-lhe, de imediato, a nítida consciência da função política que se lhe atribuíra com o controle da constitucionalidade indispensável para o equilíbrio federativo. Dois terços dos Ministros vinham do Supremo Tribunal de Justiça, trazendo, portanto, o condicionamento das limitações dele. Em nossos meios jurídicos era escassa, a divulgação da doutrina Constitucional americana..."

Cabe, agora, a nosso sentir, tomar as lições do Culto Ministro - embora referentes a outro aspecto - como um alerta em razão das profundas alterações havidas no ordenamento jurídico nacional com a promulgação do texto Constitucional de 1988. Lembrando, neste passo, que para Hans Kelsen a Constituição é o fundamento da validade de toda e qualquer norma jurídica, sendo necessário, portanto, um alerta aos que labutam na aplicação da Lei - da Constituição - para que não cometam os mesmos erros, tão comuns nestes momentos de mudança Constitucional.

Dentre as modificações operadas com a promulgação da Constituição de 1988, ocorreu a elevação do instituto da prescrição a nível Constitucional (art.7º Inciso XXIX).

(*) - Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega e Arnaldo José Duarte do Amaral, autores em conjunto do presente artigo, são Juizes Presidentes de Junta do TRT da 13ª Região

Pertinente, assim, tendo em vista os objetivos deste trabalho, adentrarmos, em breve passo, em dois campos por demais complexos; o do Instituto da prescrição e o da interpretação e aplicação das normas constitucionais.

E é do Mestre Paulista Sílvia Rodrigues, as lições profundas sobre o tema da prescrição:

"Com efeito. Mister que as relações jurídicas se consolidem no tempo. Há um interesse social em que situações de fato que o tempo consagrou adquiram juridicidade, para que sobre a comunidade não paire, indefinidamente, a ameaça de desequilíbrio representada pela demanda. Que esta seja proposta enquanto os contendores contam com elementos de defesa, pois é do interesse da ordem e da paz social liquidar o passado e evitar litígios sobre atos cujos atos se perderam e cuja lembrança se foi."

Conclui, assim, o citado Mestre da USP:

"Portanto, embora haja um interesse considerável do devedor em ver a prescrição operar, igual é o direito e o interesse da sociedade em sua eficácia, pois representa um elemento de estabilidade que cumpre preservar. Daí entender-se que as normas sobre prescrição são de ordem pública, insuscetíveis, portanto, de serem derogadas por convenção entre particulares."

Para, adiante, aduzir as seguintes palavras:

"...Verdade que, como a matéria é de ordem pública, o legislador devia impor ao juiz o dever de proclamar extinta a ação, cada vez que encontrasse provado o transcurso do prazo prescricional..."

(Sílvia Rodrigues in Direito Civil, vol 01. 19ª edição, editora Saraiva, páginas 346 e 354).

Dessarte, sem adentrarmos à infundável controvérsia de saber se a prescrição é instituto de direito processual ou material, veriifca-la-emos sob um dos

seus poucos pontos incontroversos, quer vista como instituto do direito processual ou material: o seu caráter de norma de ordem pública.

Posta a questão desta forma, analisaremos a doutrina e a Jurisprudência básica sobre a interpretação e o alcance das normas Constitucionais, ressaltando a existência de duas correntes.

Citaremos, exemplificando a primeira corrente, os ensinamentos de Celso Ribeiro Bastos que se socorre em outros Mestres:

"Com mais rigor ainda afirma Jorge Miranda, citando a lição de Thomas. A norma fundamental tem de ser atribuído o sentido que mais eficácia lhe dê."

Contrapondo estas teorias sobre o alcance e força das normas Constitucionais, Juristas modernos criaram uma doutrina deveras interessante: nem todas normas inseridas em um texto Constitucional teriam natureza Constitucional - seria necessário para uma norma ser verdadeiramente Constitucional que o assunto disciplinado no texto Constitucional não estivesse regulado por nenhuma norma de hierarquia inferior e só as questões inerentes a organização do Estado seriam normas verdadeiramente Constitucionais.

Entretanto, pensamos, tal corrente não merece guarida. Primeiro não cabe ao Julgador dizer o que é ou não norma Constitucional - é tarefa do Constituinte eleger os pontos, ao seu entender vitais, para, tendo em vista a sua importância para ordem pública, envolvê-los sob o manto de uma Constituição. Segundo, a se seguir tal corrente seria desconsiderar a própria história das Constituições - do direito Constitucional - sobre a sua evolução (partindo da organização do estado, depois para as questões sociais, evoluindo para questões como de direito ambiental).

Lembramos, aqui, que a evolução do Direito Constitucional se deu em razão das mudanças havidas na realidade histórica de cada povo, em razão da harmonia necessária nas relações - condutas - entre os homens e o bem comum - finalidade do Estado.

Pondo fim a controvérsia, sentencia o Mestre Lusitano José Joaquim Canotilho:

"O princípio da unidade hierárquico-normativa significa que todas as normas contidas numa Constituição formal têm igual dignidade (não há normas só formais nem hierarquia de supra-infra-ordenação dentro da Lei Constitucional). De acordo com esta premissa, só o legislador Constituinte tem competência para estabelecer excessões à unidade hierárquico-normativa dos preceitos Constitucionais (ex:normas de revisão concebidas como normas superconstitucionais).

Como se irá ver em sede de interpretação, o princípio da unidade normativa conduz à rejeição de duas teses, ainda hoje muitas correntes na doutrina do Direito Constitucional: a tese

das antinominais alternativas; as teses das normas Constitucionais inconstitucionais."

(in Direito Constitucional, 4ª edição, Coimbra, p. 118)

A esta altura dos trabalhos, já nos permitimos indagar se a norma Constitucional citada poderia ser disciplinada - limitada - por norma de hierarquia inferior.

Cremos que não. Dúvida não há que o art. 7º, Inciso XXIX é auto aplicável - não de índole programática, na linguagem dos constitucionalistas americanos (self executing provisions).

Indo para o campo da doutrina italiana, citaria o Mestre em Direito Constitucional Paulo Bonavides:

"Recorrem os juristas italianos a vários critérios com que fundamentar a distinção básica entre normas programáticas e normas não programáticas: O do destinatário, o do objetivo e o da natureza da norma.

Quanto ao destinatário, seriam programáticas as normas dirigidas ao legislador e preceptivas ou não programáticas aquelas dirigidas aos cidadãos e ao Juiz . (grifos nossos)

Repetindo - a norma escrita contida no art. 7º, Inciso XXIX da carta Política é não programática - cabendo ao Juiz, apenas, a sua aplicação.

Lança luz a questão, mais uma vez, Celso Ribeiro Bastos:

"Em primeiro lugar todos os princípios gerais de quaisquer ramo do direito passam a ser aqueles constantes da nova Constituição.

Em segundo lugar todos os demais dados legais têm de ser reinterpretados a luz da nova Constituição, a fim de se porem conforme as suas normas e princípios

Em terceiro lugar, as normas contrárias à Constituição não são recepcionadas, mesmo que sejam contrárias apenas as normas programáticas e não ofendam nenhuma preceptiva." (obra citada, p. 115.)

Do exposto, conforme afirmamos no início do presente trabalho, é de se concluir que, ao ser alçado a nível Constitucional, o instituto da prescrição carece de uma visão nova, precisa ser reinterpretado. O contido na Lei Processual Civil (art. 219 do CPC) e na Lei Civil, é claramente contrário ao disposto no art. 7º, Inciso XXIX da CF vigente, no tocante aos créditos trabalhistas. Dessarte, somos da opinião que, operada a prescrição, deve o Juiz aplicar a Lei (Constituição), decretando-a de ofício, como de resto, acontece com as normas de ordem pública inseridas em um texto constitucional. Na verdade, é regra pacífica, que as normas de ordem pública em um texto Constitucional são de aplicação compulsória, sendo isto inclusive, uma característica das mesmas.

Neste sentido, já decidiu a 1ª T. do E. TRT da 3ª R, em acórdão assim ementado:

" A Constituição Federal de 1988, via do art. 7º, inciso XXIX, alínea "a" e de sua aplicação imediata (1º, art. 5º), alterou, profundamente, a questão da prescrição do direito de ação quanto a crédito resultante de relações de trabalho urbanas. O direito de agir não pode ser exercido após a extinção dos cinco anos, com o limite de dois anos após a extinção do contrato; sendo inadmitida a subsidiariedade de qualquer norma. Pretensão deduzida que diga respeito de período que sugere o tempo legal de exigibilidade deve ser excluída de ofício, pela consumação da prescrição extinta que se dá independentemente de arguição." (in LTR. 56-11/1334)

Em conclusão, estamos de acordo com os novos rumos do instituto prescricional, atribuindo ao Juiz o dever de se pronunciar sobre a matéria independentemente da vontade das partes, apesar de sua conotação patrimonial e, em última análise, quando tal providência não é tomada, que o seja pelo Ministério Público do Trabalho no momento em que oferece parecer ou em qualquer fase, desde que aproveite a pessoa jurídica de direito público.